O conceito de trabalho informal em diálogo com a Teoria Marxista da Dependência

Autoria: Ana Carolina de Paula Simões

INTRODUÇÃO: O conceito de trabalho informal apresenta diversas interpretações. Pamplona (2001) demonstra que, para além das classificações de entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as vertentes marxista, neomarxista e neoliberal divergem sobre as relações entre os setores formal e informal. Propõe-se aqui analisar a visão crítica marxista, que compreende a informalidade como um fenômeno funcional às crises e desigualdades do capitalismo, acentuando a precarização de direitos. Sob a lente metodológica da Teoria Marxista da Dependência (TMD), buscam-se os mecanismos que conectam o trabalho informal à "superexploração" da força de trabalho, categoria central em Ruy Mauro Marini. Assim, o objetivo deste trabalho é, via revisão bibliográfica, aprofundar a classificação de informalidade em Francisco de Oliveira e Paul Singer em diálogo com a TMD. Demonstra-se que o trabalho informal é um elemento estrutural que, ao rebaixar o custo de reprodução da classe trabalhadora, viabiliza a superexploração inclusive no setor formal da economia.

DESENVOLVIMENTO: De acordo com a perspectiva marxista, estabelece-se uma relação dialética e de profunda dependência entre o trabalho formal e o informal, visto que a expansão deste último é intrínseca ao crescimento do setor formal. Supera-se, assim, a visão dualista clássica; esses setores não são polos distintos ou independentes, mas faces de um mesmo processo de acumulação. Nessa relação, o trabalho informal assume um caráter estritamente funcional ao capital. Primeiramente, ele consolida um exército industrial de reserva que, embora alocado na informalidade, pressiona constantemente o setor formal, resultando na redução do salário médio de toda a economia. Portanto, a informalidade atua como um mecanismo que viabiliza a reprodução da força de trabalho mesmo sob condições de baixos salários, seja por meio da complementação de renda ou da subsistência mínima em períodos de desemprego. Como aponta a crítica de Francisco de Oliveira, o setor informal provê serviços e mercadorias a preços reduzidos, o que barateia o custo de vida urbano e permite que o capital pague salários no setor formal que estão, sistematicamente, abaixo do valor necessário para a reprodução plena do trabalhador. Essa dinâmica é o pilar da superexploração da força de trabalho na periferia do capitalismo. Conforme formulado por Ruy Mauro Marini, a economia dependente é marcada por mecanismos de transferência de valor para os centros globais durante o processo de realização das mercadorias. Para compensar essa perda de mais-valia no mercado internacional, os capitais internos na periferia recorrem à superexploração, aumentando a intensidade do trabalho, prolongando a jornada e, fundamentalmente, reduzindo o consumo do trabalhador além do limite fisiológico. Assim, o trabalho informal não é um desvio, mas a condição que permite ao capitalismo dependente sustentar a exploração extrema exigida pela sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

CONCLUSÃO: Portanto, conclui-se que a informalidade, conforme Singer, subsiste mediante a sub-remuneração dos fatores de produção, sendo dependente do setor formal de forma dialética. Ao atuar como um exército de reserva permanente e rebaixar o custo de vida, ela exerce uma pressão descendente sobre os salários médios, funcionando como o pilar que viabiliza a superexploração da força de trabalho. Em última análise, a informalidade não é um atraso, mas a condição necessária para sustentar a acumulação capitalista dependente.

REFERÊNCIAS:

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAMPLONA, João Batista. A controvérsia conceitual acerca do setor informal e sua natureza político-ideológica. *Cadernos PUC Economia*, São Paulo, n. 11, p. 11–47, jun. 2001.